



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
HABILITAÇÃO JORNALISMO  
DISCIPLINA: MONOGRAFIA  
PROFESSORA ORIENTADORA: MAGDA LÚCIO  
ÁREA: ANÁLISE DO DISCURSO

**OS DISCURSOS PARLAMENTARES DE EDUARDO SUPPLY E  
PEDRO SIMON, ANTES E APÓS A CRIAÇÃO DA TV  
SENADO**

Lidyane Arantes Andrade  
RA: 2051265/8

Brasília, Outubro de 2008

Lidyane Arantes Andrade

**OS DISCURSOS PARLAMENTARES DE EDUARDO SUPPLY  
E PEDRO SIMON, ANTES E APÓS A CRIAÇÃO DA TV  
SENADO**

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Prof.<sup>a</sup> Magda Lúcio

Brasília, Outubro de 2008

Lidyane Arantes Andrade

**OS DISCURSOS PARLAMENTARES DE EDUARDO  
SUPPLY E PEDRO SIMON, ANTES E APÓS A CRIAÇÃO  
DA TV SENADO**

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

**Banca Examinadora**

---

Prof.<sup>a</sup> Magda Lúcio  
Orientadora

---

Prof. Fernando Braga  
Examinador

---

Bacharel Luciana Rodrigues  
Examinadora

Brasília, Outubro de 2008

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho, feito com muito cuidado, atenção e esforço, ao meu pai, que faleceu em maio deste ano e que sonhava em me ver formada.

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, a minha mãe e também minha tia, que juntas não mediram esforços para concretizar o meu sonho de ser jornalista.

## **RESUMO**

O presente trabalho analisa a criação da TV Senado em 1996, sua história e sua importância para o cenário político brasileiro e para a sociedade, haja vista que esta TV empreende um tipo de comunicação específica, ou seja, legislativa, registrando acontecimentos notórios, bem como a influência que exerce sobre o discurso de parlamentares que compõem as casas do Congresso Nacional. Além desta relevante função, ainda será feita uma análise, referente discursos dos senhores parlamentares, sejam eles: Eduardo Suplicy e Pedron Simon, proferidos antes e depois da criação desta TV.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1.HISTÓRIA DA TV SENADO.....</b>	<b>12</b>
<b>2.MARCO TEÓRICO.....</b>	<b>20</b>
<b>3.ANÁLISE DO DISCURSO DOS SENADORES.....</b>	<b>27</b>
<b>3.1.EDUARDO SUPPLY.....</b>	<b>28</b>
<b>3.2.PEDRO SIMON.....</b>	<b>33</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>37</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>38</b>

## INTRODUÇÃO

No Brasil, como em diversos países, existem inúmeras emissoras de televisão, sejam elas de canais abertos ou fechados. Entretanto, uma que compõe este grupo é a TV Senado, com sua transmissão legislativa, criada em 1996 e que leva a todos os cidadãos, através de sessões e reuniões acontecidas nesta casa, democratização à comunicação brasileira, de forma direta, além de mostrar à população brasileira, o seguimento do debate político. Outro aspecto importante é a comunicação televisionada à população, que não é de um lugar comum, mas notícias que partem das entranhas do poder: informação do intramuro, a revelação de decisões marcantes para a sociedade. O Senado Federal exerce grande influência na sociedade e nas pessoas, uma vez que a velocidade de sua mensagem é indescritível, e sua recepção, fator preponderante no cotidiano, e que também admite acompanhamento, típico desejo do ser humano, desde a formação de sua cultura. Talvez seja possível, não só a partir da complexidade preponderante estudada no caso, mas a partir da própria satisfação do homem, uma reflexão sobre o compartilhamento e recepção da mensagem, fenômeno insurgente e viabilizado pela TV Senado.

Outro fator que chama atenção são determinadas transmissões, que feitas, são simultaneamente repassadas ao vivo. Estas promovem grande impacto devido à intensidade dos acontecimentos.

A TV legislativa no Brasil é recente e tem apenas 13 anos, por isso poucos estudos foram feitos para identificar as mudanças que a televisão trouxe para o funcionamento do trabalho dos legisladores.

Este trabalho fará uma análise da TV SENADO, não só no seu aspecto histórico, como também as implicações que, a partir de sua criação, trouxe para a população



brasileira, utilizado como um diálogo na troca de informação. A comunicação é uma forma de compartilhamento com todos os seus sentimentos e surpresas e acrescentam mais vida ao universo de seus interlocutores. Todo este discurso será estudado a partir de uma análise sobre o discurso dos senadores.

É possível notar que um meio de comunicação tão poderoso como a TV, pode influenciar no cotidiano do trabalho parlamentar, pois a confronto de diversas informações, mostra um panorama mais nítido dos acontecimentos.

A Análise do Discurso procurará fazer um estudo da fala de ambos legisladores, Eduardo Suplicy e Pedro Simon, antes e depois da criação da TV, no sentido de mostrar o que foi modificado, quais são as similaridades, a partir de morfemas empregadas em ambos proferimentos. Para que esta análise seja reflexiva e atrativa ao leitor, haverá direcionamento no exclusivo ao “corpus”, quais sejam os próprios discursos. Devido a esse quadro de estudos, é fundamental que seja observado, também, quais serão os outros objetos de análise, além da fala: temporalidade, intenção como um processo dinâmico e investigável, assim como a formalidade da língua, seus aspectos dentro da normatização, a qual dá a ver a *um status quo* singular no registro desta fala .

Não só na era contemporânea, como em qualquer outro tempo, como é demonstrada na história da comunicação e da cultura, o homem sempre influenciou outros homens através do discurso, este que o filósofo francês Michel Foucault estudou, refletiu, registrou o pensamento e pelo qual, difundiu suas idéias originais: A Ordem do Discurso, denotando um prisma sub-repetício, fraudulento, ao revelar as diversas interfaces e significados às voltas do discurso: dentre elas “Sentido e Poder”. No caso dos parlamentares, uma produção oral, escrita em seus registros, que estão carregadas de argumentações, as quais viabilizam um determinado tipo de informação, mas que também

podem ser modificadas com o domínio de outros discursos externos ou meios de comunicação, seja este, a TV por exemplo. Em relação às idéias políticas, foi escolhida Hannah Arendt para reflexões sobre o homem como “ser político” e participante de processo, dentro de uma forma de governo.

Deste modo, o discurso prende a atenção do receptor, quando é bem articulado, de forma que possa atrair pelo conteúdo da mensagem. E tais mensagens discursivas produzem um *Feedback* que é este monumental “achado interativo” e que passou a proporcionar resposta para a população, uma maneira empenhada, um compromisso muito importante: o recebimento da notícia ao público dentro do cotidiano do povo brasileiro e que não distingue a nenhum cidadão, ou seja, leva o resultado do trabalho de forma uníssona sem discriminação. E para ambos os lados, povo e legislação, a democratização pode ser um componente primordial que ajuda a manter uma ideologia governante em pé. Governar é também associar, revelar, parcialmente, idéias que poderiam ser consideradas como mitos, no entanto, são intenções vigentes que saciam a sede de saber do eleitor, dos que contribuíram para o privilégio dos eleitos. Esta não pode ser um componente destituído de comunicação, moral, ética e de compromisso. Para viabilização desta comunicação, será também evidenciada a estrutura que compõe a emissora legislativa.

É de total relevância que se chegue ao conhecimento de muitos indivíduos, o papel que a TV Senado tem para dotar um parlamentar de poder e reconhecimento, designando, desta forma, a relevância deste instrumento de consolidação política individual, para que se possa ter uma visão crítica no momento em que um senador sobe na tribuna e profere o seu discurso. E outro foco que norteia todo o trabalho, dentro do aspecto deste discurso, o qual será definido pelas idéias do filósofo francês Michel Foucault, é a

própria modificação que ocorreu na forma de construção da fala discurso, que aqui pode ser entendida como algo que tem “sentido” e “poder”.

Toda a trajetória de constituição da TV Senado é uma maneira, também, de dizer que a tecnologia avançou e tais avanços, efeito da modernização, elevou os parâmetros culturais e tecnológicos existentes no contemporaneidade. As atividades, obviamente, foram modificadas e requereu uma adaptação rápida, inclusive no fator volume de trabalho.

Com efeito, além de se observar todo o conjunto de situações que compõe a implementação da TV, as particularidades como o tipo de programação, a própria transmissão das sessões do plenário e das comissões, as práticas executadas que visa levar a informação, é um ponto-alvo para, também, ser estudado de maneira pertinente. Além do impacto causado na mídia brasileira. Outros canais, abertos, veiculam informação a partir de um modelo adotado para que o público entenda, de maneira fácil, o objeto da notícia. Mas por trás das câmeras, é possível deduzir, para alguns olhos mais aguçados, que esta ação pode estar imbuída de manipulação, não de forma criminal, mas no sentido de prender a atenção do telespectador. No entanto, para a TV em discussão, as edições das imagens podem ser pensadas como uma outra intenção, que é mostrar, de fato, que determinadas ações legislativas podem ser divididas com o povo sem que o entrecorte seja um viés que venha a danificar todo o mecanismo.

Enfim, esta monografia trará observações importantes no que tange às notícias do poder, influência na sociedade e no discurso dos parlamentares, o que mudou com a criação da TV Senado e também, a limitação que existe, pelo fato de sua transmissão ser por canal fechado, uma vez que fica em desvantagem em relação às emissora de canais aberto.

Mas a eterna discussão, na cena política brasileira, é sempre voltada para o que está em primeiro lugar nas veias sociais: saúde, educação, saneamento básico e todos estes pontos sempre são confrontados quando empreendimentos públicos de grande porte, como a TV, demandam uma enormidade de recursos para sua realização. E geralmente, a nação questiona, traçando paradigmas, se estas ações governamentais são coerentes e sensatas.

Entretanto, a direção deste trabalho não é esta, mas sim apontar a importância da criação e o que envolve os discursos parlamentares.

## 1. A HISTÓRIA DA TV SENADO

Após duas décadas de um regime ditatorial, o qual foi realizado através de um golpe deflagrador, imperativo e contrário à vontade do povo, onde a população era impedida de escolher seus representantes e viviam e no cerceamento de suas liberdades civis mais elementares, promovidos principalmente pelo Ato Institucional número 5, O presidente João Baptista Figueiredo concluiu um processo de abertura política, o qual culminou com eleições diretas e convocação da assembléia constituinte, após pressão do movimento popular conhecido como DIRETAS JÁ, articulado por personalidades como Ulysses Guimarães e Mário Covas.

Nesta época, após um processo conturbado na história do Brasil, devido à ditadura, foi eleito pelo voto indireto, o presidente Tancredo Neves, vindo a falecer antes de assumir o poder; tomou posse, portanto, o vice-presidente José Sarney, que assumiu o poder em 15 de março de 1985, retomando o processo democrático brasileiro e dando, pacificamente, o poder aos civis sem romper a ordem social que estava em vigor na época. O ponto máximo que alavancou a redemocratização foi a elaboração e promulgação da constituição de 1988, gerando um novo compromisso político e social com a nação.

A carta magna de 88 restabeleceu as liberdades individuais, pondo fim ao longo período de censuras, torturas e arbitrariedades do poder absoluto e instaurando uma ordem institucional distinta da anterior. O senado e a Câmara foram lugares de debates para elaboração da constituição que previu uma revisão constitucional cinco anos após a promulgação. Em 1989 foi eleito Fernando Collor, a primeira votação direta após a ditadura. Pouquíssimo tempo durou o seu governo, após uma série de escândalos, desventuras corrupção. Em 1993, a constituição foi revista no Senado Federal.

O Senado, cenário das decisões legislativas do país, em julho de 2007 era composto por 81 senadores, distribuído pelos seguintes partidos: 19 do PMDB, 13 do DEM, 12 do PSDB, 12 do PT, 8 do PTB, , 5 do PDT, 4 do PR, 2 do PSDB, 1 do PCdoB, 1 do PP, 1 do PRB, 1 do PSC, 1 do PSOL e 1 atualmente sem partido e sendo ainda 3 senadores de cada estado e 3 do Distrito Federal.

Para que o processo legislativo seja encaminhado, há o regime, ato-modo de reger, interno. O primeiro regime interno do Senado, que ora se publica, foi apresentado na forma de projeto na sessão de 22 de maio de 1826 e observa-se a importância de um procedimento governamental, adotado na esfera de composição das leis. Segundo o autor Marcos Magalhães em seu Artigo Obras que Serão Lançadas são Fundadoras da Própria História Nacional, publicado no Jornal do Senado, nota-se um esclarecimento histórico sobre o primeiro regime:

Os Anais de 1826 demonstram claramente as novas necessidades institucionais expressas na preocupação com as prerrogativas, a jurisdição, as competências e o modo de intervenção política da instituição. Por isso, a discussão sobre o regimento interno e o regimento da assembléia nacional parecia tão importante. Também a elaboração do Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias manifestava destaque, em razão do papel legislativo destas formas híbridas de representação regional. (2006, p.6)

Desde então, o regime já sofreu inúmeras modificações. Nele, há normas que podem ser aplicadas a todos os momentos, desde o funcionamento do plenário do Senado Federal até normas para elaboração de leis. A sociedade faz com que estas se voltem para a forma justa e de acordo com os interesses públicos, bem como se utiliza do seu poder de mando. Esta condição revela que o estado tenta, de acordo com os postos (cargos) do governo, enfocar as regras do princípio do *interesse público*, o interesse do cidadão e não mais o interesse apenas do Estado como órgão de Poder.

Em se tratando de evolução de regimes e leis no Brasil e também de evolução tecnológica, surge, com a modernidade, um meio de comunicação que divulga, dentre de diversas coisas e assuntos, a televisão, que historicamente é um meio, o qual iniciou primeiramente como ondas eletromagnéticas, transmitindo apenas imagem e depois voz. Atualmente, faz parte da vida cotidiana do homem, exercendo diversas funções, dentre elas, a veiculação da informação. E é possível afirmar o quanto esta mídia tem relação com a sociedade e principalmente com a política, vindo servir de porta-voz de fatos marcantes como uma *constituente* desta própria ação política. Seu início no Brasil, foi na década de cinquenta. Segundo Daniel Zimmermman, a história deste meio de comunicação pode ser mais esclarecida:

história da TV brasileira fará este ano 55 anos de existência, e para entender melhor como a TV surgiu no Brasil, será apresentado um resumo contextualizando seu surgimento. No dia 18 de setembro de 1950 foi a data oficial da inauguração da primeira emissora de TV no Brasil, a PRF-3 TV Difusora tendo sua primeira transmissão no Palácio do Rádio, em São Paulo (...)

Em 1958 eram apenas 78 mil aparelhos em todo o Brasil, por isso, as programações das emissoras seguiam uma linha de ?elite?, com artistas e técnicos trazidos do rádio e do teatro. Entrevistas, debates, teleteatros, shows e música erudita. Pode-se dizer que o início da TV Brasileira era feito com muitos improvisos e adaptações de programas de rádio e teatro para a TV (...) (2003, p.5).

Apesar de todo sucesso que ocorreu não só no Brasil, posteriormente, todavia no mundo inteiro primeiramente (países mais desenvolvidos tecnologicamente). A TV não satisfaz as necessidades humanas, apesar da divulgação “*in midia*” com incalculável poder de alcance e a TV a cabo surgiu para ampliar as opções de canais e possibilitar melhor qualidade na transmissão, além da exploração dos serviços. Porém, o uso da TV pelo Senado, de uma mídia dinâmica, interferiu na rotina da casa, haja vista, uma nova forma de procedimento. Tais instrumentos em operação, como cabos, câmeras, é um ambiente a ser

adaptado, e tais transformações neste agir político, na abrangência do poder legislativo, só tinha a somar ganhos, gerando uma otimização no funcionamento parlamentar e dando mais visibilidade aos trabalhos realizados na política brasileira.

No Brasil, o aparecimento da TV a cabo foi somente na década de 90, como mostra em seu artigo sobre a TV a cabo, Murilo César Ramos:

Pode parecer estranho que só em meados da década de 1990 esteja sendo implantado no Brasil o serviço de TV por Assinatura. Porém, mais estranho ainda é saber que a TV por Assinatura no Brasil, especificamente a TV a Cabo, começou a ser fazer presente há pelo menos 20 anos na história das comunicações nacionais (2005, p.8).

E estudos feitos revelam que o governo se interessava pela implantação, de forma que havia muitos interesses políticos, no entanto, o ingresso brasileiro ocorreu, depois de muita discussão. Ainda Ramos:

O Brasil estar ingressando no rol dos países com um mercado consolidado ou em consolidação de TV por Assinatura. Do ponto de vista político-normativo, atenção especial é dada ao processo de regulamentação da TV a Cabo (...) resultado de um inédito trabalho de busca de consenso por parte de setores profissionais, empresariais, sindicais e acadêmicos, sob o amparo de segmentos importantes do Congresso Nacional (2005, p.9)

Em se tratando de TV, sua transmissão é feita retilineamente, ato que dificulta a recepção em áreas montanhosas, vales e lugares como a cidade de São Paulo que possui uma quantidade significativa de prédios. Obviamente que se pensar em uma transmissão a cabo, facilita tal transmissão. Isso ocorreu no interior dos Estados Unidos, que já em 1952 possuía aproximadamente 70 pequenos sistemas funcionando. Essa forma sistemática possuía um enorme potencial para a sociedade e transformou-se no sistema conhecido como televisão a cabo. Havia a necessidade de se apresentar um modelo que fosse diferente para as pessoas que assinassem a TV a cabo, e esta começou ofertar mais canais e uma



variedade significativa de programação.

Sendo assim, A televisão a cabo começou, em 1974, a receber sinais via satélite, a partir do lançamento do primeiro satélite para esse fim e da compra de programas de estações de TV independentes. Esse novo passo oferecido pelas distribuidoras de TV pôde oferecer aos assinantes a escolha de programas que mais lhes conviessem.

No entanto, apesar de toda dificuldade, a regulamentação das televisões (TVs) a cabo é responsável pelo surgimento dos canais de televisão de casas legislativas. Em janeiro de 1995, foi publicada a lei 8.977, “lei de Cabodifusão”, que obriga as “TVs” a cabo a inserir canais específicos, sem codificação, como parte do pacote oferecido aos consumidores, tornando, desta forma, mais popular a comunicação, convertendo-a as doutrinas democráticas, apesar de elitizado.

Especificamente, ela foi criada no dia 5 de fevereiro de 1996, pelo então Senador José Sarney, juntamente com alguns assessores de comunicação, com base na lei regulamentadora de cabodifusão, mas somente em fevereiro seguinte entra em vigor.

Desta maneira, esta nova modalidade traz uma importante abertura para a população brasileira e não é mais possível pensar em TV como se pensava antes, haja vista que o fluxo informativo cresce e os entretenimentos irão se modificar gradativamente e a abrangência da informação reformula todos os conceitos vistos. A tecnologia é um novo parâmetro para adoção de novas posturas.

Ainda em fevereiro, a TV SENADO entra em operação por meio de um regime experimental, o qual vinha da experiência da Central de Vídeos, sistema que havia no senado e que possibilitava aos senadores, assistirem às sessões plenárias sem precisar de sair de seus gabinetes. Era chamado de “Sistema VIP (Voz e Imagem do Plenário)” e que, além das sessões, transmitia também pequenos programas sobre o processo legislativo.

Em 1995, estudos foram feitos para a implantação da TV e fez parte do “Projeto Democratizador da Informação”, aprovado em sessão plenária e que, após seu surgimento, ocorreu uma revolução no funcionamento das sessões plenárias.

Deste modo, anteriormente, o movimento no plenário era para quem estivesse presente. Muitos liam os discursos sem expressão, sem elegância, sem estilo, em voz baixa e sem motivação, com pouco entusiasmo e como estivesse apenas cumprindo os protocolos da casa, possivelmente pelo fato de não haver maior divulgação de imagens interno e externamente. Mas com a criação, os senadores tiveram a oportunidade de modificar seus discursos, já que as câmeras passaram a registrar comportamento de cada um dos 81 senadores.

A TV SENADO está em destaque em relação a outros canais de TV legislativa e se tornou um importante veículo de informação legislativa para a sociedade brasileira, como contribuinte decisivo na comunicação de ações políticas. A mídia, notadamente, é fator primordial para o acesso. Observa-se na seguinte informação, segundo Letícia Renault:

A mídia tem sido, talvez, a principal fonte de informação para o povo brasileiro, o que acontece no interior do Senado (2004, p.2002)

Dentro de uma sociedade, existem relações que unem as pessoas, tais como: jurídicas, educacionais e eleitorais. E ainda aproximando o enfoque para as relações dos parlamentares, observa-se que, inegavelmente, a mídia faz parte do comportamento dos legisladores.

É inegável que este poderoso veículo informativo e difusor de acontecimentos, seja a TV SENADO, tão significativo e que influencie no comportamento dos

parlamentares quando estes pensam na recepção que ocorre no processo das tramitações de imagens, pois ela capta o funcionamento da máquina governamental, cotidiano, ou ainda atos de plenário, tornando-se verdadeiras vitrinas de um palco, onde os atores não são meros figurantes, mas importantes representantes. No entanto, recomenda-se cautela, a fim de não gerar promoção pessoal, pois esta pode criar uma imagem negativa.

O número de apartes durante o pronunciamento de outro senador também era muito grande. Sempre que algum queria acrescentar algo no discurso do outro, não pensava muito, por isso, a mesa do Senado em 2008, toma iniciativa de diminuir estes apartes e obedecer à ordem.

A novidade da televisão legislativa no Brasil é recente, tem apenas 13 anos, por esta razão, poucos estudos foram feitos no sentido de constatar as mudanças que a televisão desencadeou no funcionamento dos trabalhos dos legisladores. De acordo com o texto da ECA USP, “TV Senado - Uma Tentativa de Transmissão Democrática”, de Eula Dantas Taveira e Maria Érica de Oliveira Lima, é notória a descrição relatada, a preocupação com a luz, com o corte de cabelos, a roupas, enfim, não só parte estética, com também a apresentação do discurso. Vê-se:

Senadores: luz, câmera, ação! A tribuna do Senado ficou engarrafada, desde que a TV Senado entrou no ar. Todos querem discursar. Sem dúvida, que a TV Senado mudou o comportamento dos legisladores, e aos poucos, o olhar da câmera traduz o nosso olhar. Por isso, os senadores começaram articular algumas mudanças. Entre elas, sugere que as transmissões das sessões acenderam a fogueira das vaidades. Na verdade, provocou uma revolução na vida dos senadores. Agora são sessões lotadas até sexta-feira, dia em que o plenário costumava ficar vazio, discussões calorosas, mas sempre com bom nível, e a retomada de um hábito até então já esquecido: discursar em frente às câmeras. Para complementar, os senadores passaram a apresentar novos cortes de cabelo, ternos impecáveis e gestos elegantes. A própria estética do plenário mudou. A penumbra que o encobria, efeito de uma iluminação mais fraca, foi substituída por holofotes que incomodaram alguns

senadores, como aconteceu com o senador Epitácio Cafeteira (PPB - MA) que não suporta a luz forte (1997, p. 8).

Diante apresentação insurgente, de um Senado diferente, em que tais fatos são registrados a partir de um conhecimento obtido na prática, é relevante enfatizar como começou a despontar o discurso dos senadores neste novo cenário e quais foram as mudanças ocorridas. Neste contexto, a escolha deste recorte empírico foi feita a partir do discurso de dois senadores, quais sejam: Eduardo Suplicy e Pedro Simon, ambos legisladores, pelo motivo da importância de representatividade no Senado, antes, como também depois da criação da TV. A abordagem teve sua escolha preferencial de minucioso exame, a ser feita pela Análise do Discurso, com o propósito de seccionar uma linguagem de prática social, revelando possibilidades existentes e pontos ideológicos, polissêmicos e semânticos, como também, facilidade de entendimento da fala em registro.

O estudo da relação entre a linguagem e o sentido aplicado no lugar social, constitui o objeto da Análise do Discurso, mas o grande interesse é mostrar como eles se articulam esses discursos entre um intervalo de tempo, que é o da criação da TV. Em contrapartida, é notório o confronto das marcas que são relevantes, os pontos de correlação do que é consensual, não consensual, se tais argumentos se contrariam ou não e finalizar, em uma análise criteriosa, se os textos confirmam a hipótese de uma apreciação política diferente, ou se está ajustado a uma realidade medíocre.

Finalmente, nestes textos, é indispensável procurar a naturalidade da linguagem, uma vez que a produção, ligada a conceitos e opiniões distintas, muitas vezes, divergem de patamares esperados e as consequências podem estar, ou não, afinadas à realidade política da época. Não é espantoso que a linguagem natural, concreta em sua fixação no papel, integre argumentos, os quais podem conduzir o leitor-eleitor-ouvinte a um entendimento

que convença a uma verdade, pois que a informação, o sentido nestes discursos, persuade de forma a seduzir o leitor e a análise procurará desmistificar, de modo consciente, em uma visão macroestrutural, se os campos concebidos na visão de quem produz, é de fato, natural e não esgotam, as estratégias manifestadas.

## 2. MARCO TEÓRICO

O discurso, a fala, o proferimento é um modo de linguagem que produz sentido e que o consolida pela atitude tomada. Mas para esta consolidação, é necessário que haja materialidade na sua forma e que possa se revelar de modo expressivo, persuasivo com uma função determinada, seja esta enfática ou apelativa, de acordo com a teoria da linguagem. O filósofo Michel Foucault verbaliza esta idéia quando trata do discurso como um conjunto de acontecimentos:

“O acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais” (2007, p. 57).

Este pode também ser manipulado com a fala, ferramenta, apropriada quando se tem oportunidade e espaço, o qual esteja limitada a um grupo, como uma sociedade - confirma Foucault: “Como forma de funcionar parcialmente distinta há as “sociedades de discurso”, cuja função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado” (2007, p. 39) - como estrutura básica para proliferação do discurso aos receptores. Com o ato de falar, com a forma apropriada de articulação, é que se compõe como discurso que dá suporte às forças que estabelecem o sentido como prática. O discurso político é uma fala que interage nesta prática e assume uma relação recíproca: de quem profere a palavra e de quem a recebe, mas aquele estabelece uma ordem que se está imbuída de diversos elementos, e que também se superpõe ao outro.

Cada parlamentar é uma parte dentro de uma esfera (o Senado) que é movida com base no pronunciamento, o qual se procura exercer uma verdade, do mesmo modo que outras esferas ordenam, cada qual, sua verdade. Em um sentido mais amplo, cada membro

tenta fazer-se acredita em um princípio partidário por delimitar seu universo como o mais adequado aos eleitores, pondo “fim” na atividade discursiva. A carga subjetiva se constrói e é cada dia mais, reforçada, com a alteridade<sup>1</sup>, interação com o outro. E o “discursador” conduz para a afirmação do que fala dentro da sua posição social. Neste sentido, a negociação para quem exerce influência, é sempre renegociada, ou seja, o discurso nem sempre tem de atingir um objetivo comum, que é a aceitação ou não do receptor (eleitor) para a construção da verdade daquele, todavia, é permitido que haja flexibilidade na construção de sentido do discurso. Fernando Afonso de Almeida, autor do texto: *Enunciação, Ethos e Gênero Discursivo na Análise da Interação*, posiciona-se, confirmando esta idéia:

Entretanto, se é inquestionável o fato de que as posições sociais tendem a adquirir estabilidade em virtude da ocorrência de comportamentos que a confirmam no decorrer do tempo, é verdade também que esses mesmos comportamentos têm a força de modificá-las, visto que a cada interação, as posições são renegociadas. Com efeito, cada interação acontece no sentido de confirmar, modificar ou refutar uma posição já estabelecida. Delineia-se assim um movimento dialético que se coaduna com a evolução tanto das posições e da prática social quanto da língua em particular, a partir de uma tensão existente entre o social e o individual, entre o padrão e o desvio. (2007a, p.73).

Aquele que discursa, pode persuadir o outro, a partir do conteúdo de seu discurso, de forma que a articulação das palavras assume uma carga de semanticidade, sentido, causando uma relação não unicamente de persuasão, mas também de autoridade. As diversas faces ou possibilidades têm sua construção livre até determinado ponto, quando as convenções sociais estipulam seus limites.

---

<sup>1</sup> Alteridade – “Posso conceber o outro como uma abstração, como uma instância da configuração psíquica de todo indivíduo, como o Outro, outro ou outrem em relação a mim.” (TODOROV, 1999, p. 3).

Mas, no entanto, os discursos realizados na TV Senado não servem apenas como um meio utilizado para atingir determinadas metas, sejam elas aprovação de leis, emendas, votação para diversas questões: um sentido apenas. Servem também como um espaço para que os senadores consigam como detentor de um fala, imbuído de sentido, mostrar sua verdade dentro de uma organização de idéias, as quais culminam em uma ideologia partidária, provida de desejos, memória e vontade de construir sua representação na sociedade, do mesmo modo que, conforme o pensamento de Foucault em A ordem do Discurso, denuncia:

Escuta de um discurso que é revestido pelo desejo, e que se crê – para sua maior exaltação ou maior angustia – carregado de terríveis poderes (2007, p. 13)

A fala é uma característica humana que não só é produtora de comunicação, mas também como um determinante simbólico de códigos culturais, principalmente quando sua elaboração é bem articulada e o homem se utiliza dela para produzir determinado significado, resultando desta forma, um sentido específico. Mas, em uma análise mais aprofundada, as palavras vão moldando-se dentro de um modelo e formando um conteúdo, conglomerando-se em uma composição-idéia. Nem sempre, os articuladores destes discursos podem elaborar estes sentidos, quando da formação de tais conteúdos, pois o que é dito é sempre passível de crivos, de obstáculos que podem gerar perigos e interdições. Ninguém pode dizer o que pensa ou o que quer da forma que deseja. O discurso não pode ser insubordinado, mesmo em se tratando do discurso político, deve haver um limite, um controle. Michel Foucault confirma este pensamento:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (2007, p.9).



Desta forma, o discurso revela-se carregado de sentido que vai se apresentando a um universo repleto de outros discursos. No caso da política, constitui o pensamento e a forma desse pensamento, que ora há-se de denominá-lo ideológico político, que além de ser uma forma estreita de se pensar intelectualmente, é também “pensamento-intento” do locutor-autor. Além deste intento, idéia-significado, o discurso é também “soberano” e autoridade como força política, aplicada em uma relação sinonímica de PODER.

E em se tratando de poder, a política pode ser denominada como um exercício de ação política, práticas de uma sociedade, mas usualmente reservada a um grupo eleito que formula e executa ações e tais práticas.

A liberdade do homem em relação à política, e principalmente a vontade de uma maioria, não se eximindo de cumprir todos os direitos de cidadania, sejam eles individuais ou coletivos, dentro de uma visão capitalista é de se pensar em um sistema como forma de democracia com vínculo a todas essas expressões oriundas da liberdade política. Para Hannah Arendt (2002), pensadora da liberdade, a política está ligada à liberdade e a espontaneidade do homem. A política organiza o convívio de pessoas diferentes e não de pessoas iguais, no momento do caos ou a partir do caos, por isso, existe a pluralidade na política. No Senado, percebe esta diferença e essa pluralidade de pessoas com diferentes ideais, uma vez que esta casa é o legislativo, ou seja, formula as leis. De acordo ainda com Arendt, a pluralidade só existe nos estados.

A problemática está justamente nesta pluralidade. No caso do Senado Federal, são 81 parlamentares, cada um com sua diferença de personalidade e de bandeira a ser defendida. É nesse cenário que se percebe a utilização desse espaço reservado para cada indivíduo como meio de se atingir determinado fim.

E esta descoberta de poder analisa e entende que existe poder dentro de cada um e que se é usado o discurso para externar a detenção do poder. O discurso passa a ser objeto de desejo e algumas partes dos discursos colocam em jogo justamente o poder e o desejo.

Pronuncia Foucault:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimento que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (2007, p. 8-9)

E a vontade de exercer o poder vem de longa data. A humanidade sentiu necessidade de divisar funções dentro da sociedade. Os gregos foram os precursores na atuação e exercício funcional do poder, quando, filosoficamente, pensaram nas possibilidades e impactos que podiam ocasionar na vida de todos. Na época da *pólis*<sup>2</sup> grega, a cidade era dividida entre o público e o privado. De um lado, existiam as atividades normais do cotidiano, do lar, do trabalho e do outro, o domínio público, denominação dada ao que se refere hoje à denominação política do Estado. Neste sentido, observa-se os dois lados, conforme a sociedade ocidental, das divisas do que é poder e não-poder. De acordo com o artigo A Causa da Nossa Ação, publicado na revista Discutindo Filosofia, Edson Luiz de Almeida Teles explica a divisão do estado grego:

A vida nas cidades-estado era dividida em dois domínios básicos: de um lado havia a vida privada, do lar, local das atividades do trabalho e da fabricação; de outro, a vida pública que se realizava na *ágora*, praça onde se reuniam os cidadãos para discutir o assunto de interesse da *pólis*. A existência da *pólis* se caracterizava pela distinção entre o domínio público e o privado; entre ao que pertence ao comum e o que pertencia ao particular. Em oposição ao domínio da *ágora*, o privado era o que não devia ser partilhado nem discutido, pois não dizia respeito a ninguém (2008, p.36).

---

<sup>2</sup> Polis, na Grécia antiga, era a cidade, entendida como a comunidade organizada, formada pelos cidadãos.

Sendo assim, as idéias filosóficas de Hannah Arendt perpassam pelas idéias gregas, cita Almeida Teles “Hannah Arendt recorrerá novamente à experiência da *pólis* grega com a finalidade de compreender melhor o espaço onde se realizam tais atividades” (2008, p.36).

Esta correlação entre a formação do estado grego e o estado ocidental mostra que existe um ser por detrás do discurso político-social desde a antiguidade, e que está arraigado à formação cultural, simetricamente esta se encontra em oposição à dimensão do natural, da vida do lar e que tem influências exercidas de programas político-partidários e que se comunicam com a função de atrair um público eleitor. Observa-se o que Hannah Arendt cita:

A comunicação política trata do discurso e ação de governos, partidos e seus agentes na conquista da opinião pública em relação a idéias ou atividades que tenha a ver com o poder político, relacionado ou não as eleições (2002, p.10).

Diante disso, é extremamente confirmável o embasamento como um conceito central da teoria sobre as questões políticas, definida como ação. Para a filósofa, dadas tais divisas dentro de uma sociedade no sentido de demonstrar especificamente o papel de cada parte da divisa. Mas em contrapartida, Hannah Arendt propõe uma abordagem que vai além da relação estrita com o pensamento grego. A filósofa alemã sustenta a idéia de que o “discurso”, a fala política é também uma forma de liberdade. Vê-se:

Justamente no falar encontra-se na origem da descoberta do poder independente do *logos* pela filosofia grega. A liberdade de externar opinião, o direito de ouvir opiniões de outros e de também ser ouvido, que para nós constitui também parte indispensável da liberdade política, suplantou a liberdade em não em contradição com ela, mas que possui uma natureza bem diferente, característica do agir e do falar, desde que seja uma ação (2002, p.57).

Delimitadas tais idéias, é imprescindível recorrer aos paradigmas políticos que são evidenciados a partir dos parâmetros de sociedade entre o passado e o presente, ou melhor, Grécia antiga e Brasil do século XXI. Nossos representantes do Senado agem quase que da mesma forma dos gregos, ou seja, as divisas são claramente notadas.

Desta maneira, esta demarcação que Arendt fala, comprova que os emissores de um discurso supostamente em liberdade, haja vista que apesar do aspecto livre, o estabelecimento de parâmetros existentes é visível, ou seja, é possível ter esta liberdade até certo ponto. Mas a fala só se dá porque há receptores da ação. Na política, os representantes são como atores, que em um palco, precisam do público para que seja reconhecido o aparecimento. Todavia, é possível destacar o que a filósofa Marilena Chauí (2000) percebe a partir da “concentração do poder”. Ela fala sobre a sagração do governante como os políticos representam o Deus. No Brasil o povo vê os políticos como representantes do Estado em face do povo, assim, os representantes são vistos como prestadores de favor e oferecedores de privilégios. Essa visão distorcida provoca uma falta de representação prevista pela democracia, mas sim uma relação de favor. Para ela nesse cenário que se consolida no Brasil o populismo.

Esta função ativa dos legisladores é que legitima a política na sua vertente de poder, é a fala, a comunicação que o poder se utiliza para dar sentido a ela. Mas, no entanto, existem questões burocráticas de cidadania, que é a forma de regulamentar as leis. No caso do Senado, o presidente da república precisa sancionar determinadas leis. E estas ações, metaforicamente intituladas de “intangíveis” no início do processo de formulação, materializam-se após a publicação e acesso ao público.

Este exercício de preparação e finalização é um ato de governamentalidade perpétuo e estão sempre se renovando. A TV Senado aproxima o povo desta realidade,

permite que o acompanhamento e permite também, uma avaliação do discurso. Ela contribui para a história com o registro das imagens. E tudo isso só faz sentido porque está articulado com a história da humanidade e que é, por fim, indiscutivelmente, uma forma de superioridade.

### 3. ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS SENADORES

Este capítulo fará uma análise de dois discursos de cada senador, sejam eles Eduardo Suplicy e Pedro Simon. A metodologia utilizada será a Análise do Discurso, sendo um discurso antes da criação da TV Senado e outro depois, respectivamente.

Com base na obra *Análise do Discurso*, de Eni Orlandi, questões serão levantadas no sentido de problematizar, questionar e analisar os quatro discursos. Obviamente, há predominância de elementos inerentes a cada discurso, uma vez que o “estilo” é mantido, no entanto, o sentido pode ser ou não mantido, dependendo da relação entre o sujeito que discursa e a formulação deste discurso. O que avaliará esta questão é a análise do sentido utilizado pelo sujeito que pronuncia. Além da questão histórica, há diversas variações conceituais, as quais podem ser enumeradas como dizeres, ditos e não ditos, Intradiscurso, Memória (constituição) e Rede de Sentidos.

É relevante e importante destacar tais discursos políticos, também como prática social, sendo que o pronunciamento possui forte correlação com a linguagem e o poder. O discurso de um senador é indiscutivelmente uma manifestação de poder.

Segundo ORLANDI, o que é dito não pertence ao sujeito, apenas reiteram-se articulações carregadas de sentido dentro de um universo da língua que já está cristalizado, apenas, quando se fala, participa-se de um processo. Vê-se:

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constitui nele (1999, p. 32)

### 3.1. DISCURSO DE EDUARDO SUPLYCY

O assunto do discurso de senador Eduardo Suplicy proferido no dia 22/06/1995 é a política econômica. Transcrevam-se os primeiros períodos:

**“SR. EDUARDO SUPLYCY** (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a atual política econômica insiste em manter a taxa ou a banda cambial bastante rígida desde março passado. Essa atitude tem levado o Governo brasileiro à necessidade de estar adotando políticas, ora de aumento de tarifas, ora de imposição de cotas, para diversos segmentos de importação, como no caso dos automóveis; medidas, seja na área de incentivos e subsídio às exportações, seja de barreiras novas às importações, como ocorreu no setor de calçados e está por ocorrer com o setor de têxteis. Ou seja, na medida em que o Governo insiste em manter uma política cambial que, com o tempo, vai fugindo dos fundamentos da realidade econômica, mais e mais precisa-se adotar medidas setoriais que vão trazer dificuldades crescentes, inclusive do ponto de vista do controle da fiscalização”. (Dado fornecido pelo site oficial do Senado Federal, 1995, p. 1).

Este texto falado e escrito está dentro das convenções discursivas específicas que são gerados no Senado Federal. No entanto, ele está constituído por dois focos, quais sejam: a questão político-econômica e o ressaltamento da política salarial dos legisladores comparando-se a salários de ministros. Observa-se a mudanças de paradigmas:

“Sr. Presidente, gostaria também de fazer uma ponderação relativa à solicitação que fizemos no mês de fevereiro, quando da aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Resolução que, no nosso entender, definiu uma remuneração para os parlamentares - Deputados Federais e Senadores - que não guarda consonância com alguns aspectos da Constituição brasileira”. (Dado fornecido pelo site oficial do Senado Federal, 1995, p. 1).

Em relação ao interdiscurso produzido no discurso do senador, leia-se a definição de Orlandi “É o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer” (1999, p.31), o senador produz um discurso que é apenas continuidade de todo um processo histórico, ou seja, sua fala resgata como elementos, a

continuidade de um processo já existente que foi dito antes, pré-constituído na disposição dada na formação da sucessão de estados governamentais.

Tudo que representa a política: poder, negociação, dominação, representação eletiva, ideologia e processos governamentais, assim como as práticas existentes revestidas de força social, além de mesclar diferentes interações entre grupos, sendo que cada um possui registro de fragmentos, isto significa uma retomada da palavra, o sentido amplo, decisões fundamentais que produzem um efeito na vida de todos, inclusive dos próprios parlamentares e pressupõe para estes que discursam um “dito” como fruto de memória. Outros senadores já discursaram, dando experiências por meio da história.

A formulação, conceito de Análise do Discurso, do senador Suplicy, o qual como o que é dito no momento dado, dentro da política econômica, trata de ressaltar que os parâmetros de manter, fixar taxas de câmbio, algo que não é uma política positiva, adotada pelo governo. Mas qual é a real recorrência de dizeres dentro da prática social do discurso no contexto imediato da elocução do senador? Em um sentido mais amplo, que é a economia do país em andamento, há uma fala sobre a inauguração do Plano Real (1994) e em seguida, o discurso foge brevemente às consolidações da proposta inicial, rigidez nas taxas de câmbio e dá a ver a um outro sentido, que é um chamamento para assuntos salariais.

Deste modo, há uma ruptura de sentido, uma construção de contrapontos no discurso do senador, cortado por um viés de mudança de sentido. No segundo discurso, realizado em 06/03/2007, o contexto é diferente do primeiro. Tal pronunciamento é feito diante das câmeras, ou seja, a TV SENADO, denuncia um outro contexto, mais formulado e aquiescendo-se em uma responsabilidade que não é só um contexto nacional, mas



mundial, que é o problema da água. O discurso trata da transposição da água do Rio São Francisco. Observa-se o trecho inicial do discurso:

**“O SR. EDUARDO SUPLCY** (Bloco/PT - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Líder do PSDB, caro Senador Arthur Virgílio, enfatizou uma série de notícias nem sempre positivas. S. Ex<sup>a</sup> costuma ser tão atento aos dados quando não favoráveis, sempre os citando. No entanto, o fato de hoje ter havido uma recuperação do índice da Bolsa de Valores em 5% não foi ressaltado, e seria próprio que pudesse aqui ser registrado.

Mas, hoje, Sr. Presidente, quero falar sobre a transposição das águas do rio São Francisco. Embora eu não seja mineiro ou nordestino, embora não seja pernambucano ou sergipano, sinto-me, como cidadão brasileiro de São Paulo, também responsável por me interessar e estudar esse assunto tão importante para o Brasil

Voltou a preocupar, neste início de 2007, a questão da transposição das águas do rio São Francisco. Derrubadas no Supremo Tribunal Federal as liminares que impediam o início das obras, o Governo Federal começa a tomar as providências para tirar o projeto do papel. Anunciou-se a imediata realização de licitações para os projetos executivos da obra. (Dado fornecido pelo site oficial do Senado Federal, 2007, p. 1).

Vê neste proferimento, em uma Análise do Discurso caracterizado pelo aspecto mais crítico, que o discurso versa em um linguagem mais ligada a uma orde simbólica de mundo, a questão do “uso e distribuição da água” e suas problematizações. Existe uma marca de subjetividade voltada para o país, no sentido que afetam diversos sujeitos e não apenas o Senador e embasa ideologicamente o “dizer” . Segundo Orlandi “ Podemos começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (1999, p.46). Neste aspecto, a interpretação do discurso carrega com total naturalidade um processo discursivo de tendência global no qual envolve a questão ambiental com supremacia, inclusive (ou principalmente) sobre a política, uma vez que esta temática está arraigada a um contexto de globalização, porém além de pública, muito problemática.

Também é possível afirmar que este discurso não é exatamente um registro, mas um prática que está aberta, como um enunciado proveniente de um formação histórica, em

que o senador em questão molda, pela construção de sentido, um novo viés que se compõe numa análise interacional. Não há fragmentação das idéias, ideologia e política apresentam uma dimensão como premissa da formação do que já foi dito sobre o assunto, correlacionado a um significado maior: histórico. Ainda citando Eni Orlandi nota-se:

O discurso, por princípio não se fecha. É um processo em curso. Ele não é um conjunto de textos mas uma prática. É neste sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história, com a diferença de que a prática discursiva se especifica por uma prática simbólica. (199, p.71)

Dadas estas questões, é perceptível duas questões:

a) O sujeito, dadas as condições de apresentação do discurso diante das câmeras da TV Senado, ele afirma, em seu discurso, um ponto de vista que não questiona exatamente o problema, como no primeiro discurso, mas o naturaliza com levantamentos e proposições com total naturalidade um processo discursivo de tendência global.

b) A linguagem utilizada, que não tem o aporte textual necessariamente comunicativo neste estudo, mas um conectivo que pode ser denominado de “lugar de conflitos e confrontos”, pois pode inferir que a interação social recosta-se confortante no sentido de pôr em posição frontal dois assuntos, política, no contexto de decisões e meio ambiente, na forma de integração da água a locais com falta desta. Vê-se que se trata de política apenas, há somente um conjunto unívoco, mas observando o contexto imediato, que é o Senado, há no discurso uma construção que contempla a materialidade e que trabalha com a construção de dois dispositivos. O efeito disto é o reflexo, a imagem epistemológica que consagra as hipóteses e se finda em uma inter-relação que procura descrever os pilares do discurso.

Traçando paralelos entre o primeiro discurso realizado em 1995 e o segundo realizado em 2007, que tem a mídia TV Senado como suporte, avalia-se que a carga de significação em pontos distintos. No primeiro, o ideológico volta para o sujeito, sendo que a estrutura do texto começa com um contexto e passa para outro, mas sem nenhuma relação lógica de sentido, mas sim produzindo dois sentidos. Há uma conclusão pela Análise do Discurso, que tal sujeito desloca, neste primeiro discurso, de forma heterogênea, em épocas distintas, a instância enunciativa do universal para o particular, sem interagir na constituição da significação.

Já o segundo, volta-se para um “campus” de um contexto mais global, que a questão das decisões políticas na transposição do rio São Francisco. E a instância enunciativa do local para o universal, todavia mobilizando-se com a exterioridade na constituição da significação

### 3.2. DISCURSO DE PEDRO SIMON

O primeiro discurso, realizado em 02/06/1995, do senador Pedro Simon, se inicia com a seguinte frase “Srs Senadores, o assunto continua atual” (1995<sup>a</sup>, p.1). Assinala-se que o contexto imediato, tribuna do Senado Federal é evidentemente uma continuidade de uma fala iniciada antes, ou seja, toda formulação do discurso não é um enunciado de produção de sentidos, mas um resgate de algo que foi dito anteriormente, observando ainda, que há cumplicidade e conhecimento entre os outros sujeitos pelo fato de não haver uma introdução lógica, mas uma “metáfora de sentidos”. É notadamente um efeito de retomada da palavra política, em um conluio de autoridade e poder entre a convivência dos sujeitos participantes. A memória é a definição deste interdiscurso. Todo discurso já foi dito anteriormente. Conforme ainda Orlandi, solidifica-se esta teoria:

A memória por sua vez, tem características, quando pensada em relação ao discurso. É nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja: é o que chamamos de memória discursiva (1999, p.31).

Deste modo, o locutor apresenta-se como um sujeito que faz uma coligação em uma rede de sentidos ou significações que se complementam. O pronunciamento do Senador Pedro Simon é uma parte do dizível que foi construído anteriormente. Isso remonta a articulação da histórica de modo intencional.

De certa forma, a formulação, como parte do dizível, não está ainda completa e esta é a filosofia da Análise do Discurso, a incompletude. Esta é uma idéia que dá e faz sentido a partir da historicidade.

Em outro momento, o senador faz avaliações entre os diversos acontecimentos na história da e economia brasileira. Esta parte do discurso é também, memória, mas de uma memória seletiva. Vê-se:

“Há uma diferença entre o Plano Real, o Plano Cruzado, o Plano Maílson, o Plano Verão, O Plano Bresser e o Plano Collor. Os chamados planos de Salvação da economia brasileira era todos baseados m regras que determinavam alteração profunda na ordem da realidade do dia a dia da economia. Congelavam salários e congelavam preços” (Dado fornecido pelo site oficial do Senado Federal, 1995b, p. 1).

Alguns aspectos podem ser observados diante desta análise. O texto, como incompleto por natureza de construção do que ainda está sendo dito, remonta-se a um contexto mais amplo, que é o da história, em uma rede de sentidos que vão sendo gerados efeitos pelo sujeito. Sendo assim, é possível dizer, em conformidade com a teoria de Orlandi que o quebra-cabeça vai formando aos poucos, passo a passo, como construindo um *corpus* material:

Com isso, já estamos nos colocando teoricamente em guarda, do ponto de vista dos efeitos do discurso, e produzindo um recorte que vai organizando o corpus. (199, p.66).

Outro fator recorrente no discurso do Senador é a mescla de intertextos, uma vez que o senador Casildo Maldanner solicita uma aparte, assim como Edson Lobão e José Roberto Arruda. Todos eles tentam “contribuir” para a construção dos discursos, discutindo a questão da taxas de juros em um reflexão sobre o aquecimento da economia.

No segundo discurso de Pedro Simom (em anexo), realizado em 03/05/2007, a formulação do enunciado já aparece no início do texto. Perceba-se:

“Senadores, trago hoje a esta tribuna, para reflexão, um assunto que julgo dos mais importantes nestes nossos dias: a perda, cada vez maior, da confiança da população as instituições pilares da democracias, motivada pela prática da corrupção, cada vez mais presente no noticiário do dia a dia” (2007b, p.1).

Esta fala está voltada a uma preocupação, não necessariamente a resolução de um problema ligado a autoridade ou poder, mas à imagem da prática social que é a política.

Neste tipo de discurso, esforça-se para supor uma resposta ao interlocutor, que é o povo eleito, o sujeito que recebe o discurso já dito, o qual está do outro lado. Há uma preocupação nessa troca de palavras, onde o sujeito locutor cria uma situação hipotética a partir de um discurso contextual, mas que se relaciona em uma troca com o imaginário, seja esta uma relação de sentido por antecipação.

A idéia de sujeito-locutor e interlocutor sujeito em um relação de imagens e posição de quem fala no discurso, foi alvo de análise de Eni Orlandi. Confirma-se:

Temos assim a imagem da posição sujeito locutor(...), mas também da posição sujeito interlocutor (...), e também a do objeto do discurso (do que estou estou lhe falando, do que ele me fala?). É pois, todo um jogo imaginário que preside a troca das palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo pois incluirá: a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante. (1999, p.40).

Em outro momento, o Senador Pedro Simom, deixando o questionamento político em relação ao interlocutor, volta-se para ele mesmo, o sujeito e inicia uma formulação apresentando uma metafunção textual, que é a organização das idéias de sua própria mensagem. Observa-se a transcrição do discurso proferido em 2007:

“Eu acho que não estamos dando o devido valor a essa perda de legitimidade de nossas instituições legais. Nem mesmo ao Estado Marginal, que se aproveitou, cada vez mais, do desmonte do estado legal (...).

“Enquanto isso, podemos principalmente nós, Parlamentares, no Congresso Nacional, discutir temas isolados, propostas específicas” (2007b, p.3).

Toda essa discussão dentro de uma análise, remete-se ao contexto da historicidade e como contexto em relação às influências da TV Senado no discurso, o qual promove uma compreensão muito peculiar que é, de fato, a influência das mídias, ou seja, é evidente que todas essas coisas refletem sentidos ligados a uma paráfrase no processo de construção de um discurso dominante, arraigado de poder. Tais senadores constituem falas

que estão correlacionadas à práticas, mas permeado por um controle. Esta afirmação está baseada no pensamento de Foucault. Segundo ele, APUD Orlandi (1999): “Há processos internos de controle do discurso, que se dão a título de princípios de classificação , de ordenação, de distribuição, visando domesticar a dimensão de acontecimento e de acaso do discurso”.

## CONCLUSÃO

Enfim, vários são os caminhos que vão ao encontro de verdades. O discurso tem sua importância como elemento formador de uma ideologia, como fator de relevância e como propósito comunicativo na construção da fala, além de ser uma linguagem carregada de sentido próprio, sentido este que vai se moldando de forma particular.

Deste modo, esta monografia, a qual fez uma análise dos discursos dos senadores atingiu sua principal proposta, qual seja, a percepção da influência da TV Senado no percurso de fala dos Senadores Eduardo Suplicy e Pedro Simon, bem como sedimentou as questões da pesquisa, que era confrontar os discursos antes e depois da criação da TV. E ainda, observou-se a importância dela como veículo de informação das decisões parlamentares e como mídia que influencia seus representantes, assim como toda a reflexão do discurso na obra de Michel Foucault e o pensamento apurado de Hannah Arendt a respeito do universo político.

Portanto, a análise dos discursos a partir da perspectiva da Análise do Discurso contribui significativamente para dar um novo foco, mesmo que singelo a fatos na história política do Brasil e na história da TV Senado.



## BIBLIOGRAFIA:

ARENDT, Hannah. *O que é Política?* – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002;

CHAUÍ, Marilena. Brasil: *MitoFundador e Sociedade Autoritária*. – São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000;

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2007;

MAGALHÃES, Marcos. *Obras que Serão Lançadas São Fundadoras da Própria História Nacional*. Artigo publicado no JORNAL DO SENADO. Brasília: 2006;

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Ed. Pontes, 1999;

RENAUT, Letícia. *Comunicação e Política nos Canais do Poder Legislativo no Brasil*. – Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 2004;

TELES, Edson Luiz de Almeida. Revista *Discutindo Filosofia* in: A Causa de Nossa Ação. Ano 2 , nº 07: 2008;

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZIMMERMAN, Daniel. *Síntese da História da TV Brasileira*. 2003. Dado fornecido pelo site: [http://www.netsaber.com.br/resumos/ver\\_resumo\\_c\\_3928.html](http://www.netsaber.com.br/resumos/ver_resumo_c_3928.html), acesso em 25/08/2008;

RAMOS, Murilo César, Martins Marcus. *A TV por Assinatura no Brasil: conceito, origens, análise e perspectivas*. Artigo UNB, 2005. Dado fornecido pelo site: <<http://www.unb.br/fac/publicacoes/murilo/Cap12.pdf>>. acesso em 25/08/2008;

<http://www.eca.usp.br/alaic/chile2000/3%20GT%202000Comunica%C3%A7%C3%A3o%20Pol%C3%ADtica/eula.rtf>;

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Discurso pronunciado em: 22/06/1995. Dado fornecido pelo site <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=171515>>, acessado em 10/09/2008;

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Discurso pronunciado em: 03/03/2007. Dado fornecido pelo site <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=366822>>, acessado em 10/09/2008;

SIMON, PEDRO. Discurso pronunciado em: 22/06/1995a. Dado fornecido pelo site <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=170121>>, acessado em 10/09/2008;

SIMON, PEDRO. Discurso pronunciado em: 03/03/12007b. Dado fornecido pelo site <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=366822>>, acessado em 10/09/2008.